

PROCESSO nº	12.780-9/2010
INTERESSADO	Joaquim Soares de Andrade Filho
ASSUNTO	Solicita Aposentadoria Voluntária
RELATOR	Auditor Substituto de Conselheiro LUIZ HENRIQUE LIMA

RELATÓRIO

A Constituição do Estado prescreve no seu artigo 47, inciso III, ser da competência do Tribunal de Contas do Estado o registro dos atos concessórios de aposentadoria de servidores públicos do Estado e dos Municípios. No cumprimento dessa obrigação constitucional o Tribunal de Contas pelos seus órgãos de instrução, examina a legalidade do ato governamental concessório.

O Secretário de Estado de Administração Sr. César Roberto Zilio, por meio do ofício nº 1324/2010, de 7 de junho de 2010 encaminha a este Tribunal o processo de Solicitação de Aposentadoria Voluntária, aqui protocolado sob o nº 12.780-9/2010 aposentando o servidor Sr. Joaquim Soares De Andrade Filho, no Cargo de Auxiliar Estadual de Defesa Agro Florestal, Classe “C”, Nível “10”, lotado no Instituto de Defesa Agropecuária do Estado, nesta Capital.

Conforme prescreve o artigo 197 da Resolução nº 14/2007, de 02 de outubro de 2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas, o processo foi remetido a Secretária de Controle Externo de Atos de Pessoal para instrução do feito, Aposentadoria, Reforma e Pensões da Administração do Estado e Municípios, em sua cota informa que:

- O Ato de nº 3.046/2011, encontra -se às fls. 08/TCE, foi publicado no Diário Oficial de fls. 9/TCE, de 07/06/2010.
- informa ainda, foram anexados, os documentos da Vida Funcional do interessado.

DOS PROVENTOS

As fls. 18/TCE, da Secretária De Estado de Administração, evidencia a exatidão dos proventos, o qual este Tribunal de Contas confirma através de sua análise de fls. 78 à 80/TCE, a ficha financeira, comprova o salário do requerente, assim fixados:

Cargo: Auxiliar Estadual de Defesa Agro Florestal, Classe “C” Nível “10”.
Total.....R\$2.075,28

O Ministério Público de Contas, através do seu ilustrado representante neste Tribunal de Contas Dr. Gustavo Coelho Deschamps, em

judicioso Parecer de nº. 4.646/2011, fls. 82/TCE, opinou pelo registro do Ato de nº 3.046/2011 de fls. 08/TCE, e pela legalidade do Cálculo de Proventos de fls. 18/TCE.

É o relatório.